

Agrupamento de Escolas Professor Carlos Teixeira, Fafe

Aviso n.º 2567/2016

Nos termos do disposto no artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, torna-se pública a composição do Conselho Administrativo do Agrupamento de Escolas Prof. Carlos Teixeira, Fafe, com efeitos a partir de 2 de novembro de 2015.

Presidente — Jorge Manuel Ferreira Magalhães Machado, Diretor.
Vice-Presidente — Rogério António Sousa Gonçalves, Subdiretor.
Secretário — Maria Silvina Gonçalves Cunha, Chefe Serviços Administração Escolar.

2 de fevereiro de 2016. — O Diretor, *Jorge Manuel Ferreira Magalhães Machado*.

209363758

Despacho n.º 3062/2016

Nos termos dos artigos 44.º a 50.º do CPA, alterado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e do disposto no n.º 7 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, delego, sem faculdade de subdelegação as seguintes competências:

I — No Subdiretor, Rogério António Sousa Gonçalves:

- Coordenar toda a área da Ação Social Escolar;
- Coordenar e avaliar o pessoal não docente ao serviço das Escolas Básicas, com 2.º e 3.º ciclos, que fazem parte do Agrupamento;
- Supervisionar a manutenção do parque informático do Agrupamento;
- Assumir as funções de Vice-presidente do Conselho Administrativo;

II — No Adjunto, Miguel Joaquim Silva Garcia:

- Preparar os procedimentos concursais de oferta de escola para pessoal docente e técnicos superiores e especializados;
- Preparar e veicular as informações relativas a pessoal docente e não docente e aos alunos;
- Supervisionar os procedimentos da gestão documental resultantes da área pedagógica;
- Assumir as funções de delegado de segurança e prevenção.

III — No Adjunto, Horácio José Fernandes Lima:

- Coordenar toda a área pedagógica das Escolas do 1.º ciclo e da Educação Pré-Escolar que fazem parte do Agrupamento;
- Reunir mensalmente com os coordenadores dos estabelecimentos de ensino do Agrupamento;
- Supervisionar as atividades de enriquecimento curricular;
- Monitorizar a atualização dos inventários do material imobilizado;
- Coordenar e avaliar o pessoal não docente ao serviço das Escolas do 1.º ciclo e da Educação Pré-Escolar que fazem parte do Agrupamento.

O presente despacho produz efeitos a partir de 2 de novembro de 2015 e tem a duração do mandato do Diretor.

2 de fevereiro de 2016. — O Diretor, *Jorge Manuel Ferreira Magalhães Machado*.

209363806

Agrupamento de Escolas Professor Ruy Luís Gomes, Almada

Despacho n.º 3063/2016**Nomeação, por mobilidade interna intercategoria em regime de substituição, da Coordenadora Técnica**

Ao abrigo da alínea a) do n.º 3 do artigo 93.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua versão atual, nomeio Coordenadora Técnica, do Agrupamento de Escolas Professor Ruy Luís Gomes, Almada, em regime de substituição, por urgente conveniência para o interesse público, dada a necessidade de salvaguardar a eficiência dos serviços administrativos, a assistente técnica Maria de Fátima Vieira Ribeirinha Queirós.

A presente nomeação produz efeitos a 15 de setembro de 2015, em razão da substituição da Coordenadora Técnica ausente Maria da Conceição Povoia A. Quaresma Tavares, que se encontra temporariamente impedida de prestar serviço, por doença, desde 31 de agosto de 2015.

O exercício de funções de Coordenadora Técnica, e respetivos efeitos, da ora nomeada manter-se-ão enquanto durar o impedimento da titular do lugar.

14 de dezembro de 2015. — A Diretora, *Maria Cecília Borges Pinto Matos*.

209373048

Agrupamento de Escolas Rosa Ramalho, Barcelos

Aviso n.º 2568/2016

Nos termos do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de março, torna-se público que se encontra afixada no átrio da sede do Agrupamento de Escolas Rosa Ramalho, a lista de antiguidade de todo o pessoal não docente, com referência a 31 de dezembro de 2015.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

18 de fevereiro de 2016. — A Diretora, *Maria Paula Abreu Pereira Elias de Sousa*.

209365223

Agrupamento de Escolas da Sé, Guarda

Aviso (extrato) n.º 2569/2016

Faz-se público que se encontra afixada, para consulta, neste agrupamento de escolas, a lista de antiguidade do pessoal não docente, reportada a 31 de dezembro de 2015.

Os interessados dispõem de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso, para apresentar reclamação ao dirigente máximo do serviço.

22-02-2016. — O Diretor, *António David Afonso Gonçalves*.

209371882

**TRABALHO, SOLIDARIEDADE
E SEGURANÇA SOCIAL****Gabinete da Secretária de Estado
da Segurança Social****Despacho n.º 3064/2016**

Considerando que a Lei-Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, com todas as alterações em vigor, prevê que a designação dos membros do conselho diretivo seja feita na sequência de procedimento concursal ao qual se aplicam as regras de recrutamento, seleção e provimento nos cargos de direção superior de Administração Pública, previstas no Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com todas as alterações em vigor;

Considerando que o lugar de vice-presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Informática, I. P. se encontra vago e se torna urgente proceder à nomeação de titular, a fim de garantir o normal e eficaz funcionamento deste serviço;

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro, estabelece no n.º 1 do artigo 27.º que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos de vacatura do lugar, nomeadamente durante o tempo que esteja em curso o respetivo procedimento concursal;

Considerando que irá ser solicitado novo procedimento concursal à Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CRE SAP) para o cargo de vice-presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Informática, I. P., em obediência às regras de recrutamento, seleção e provimento dos cargos de direção superior da Administração Pública;

E considerando que o regime de designação mais adequado às circunstâncias referidas é o da designação em substituição, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, com todas as alterações em vigor;

I — Designo, no uso das competências que me foram delegadas pelo Despacho n.º 1300/2016, publicado no *Diário da República* n.º 18, 2.ª série, de 27 de janeiro de 2016 e nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, com todas as alterações

em vigor, em regime de substituição, o licenciado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira para exercer o cargo de vice-presidente do conselho diretivo do Instituto de Informática, I. P., a que se refere o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 196/2012, de 23 de agosto, que aprova a orgânica do Instituto de Informática, I. P., com todas as alterações em vigor.

2 — Para os efeitos do disposto no n.º 16 do artigo 19.º da referida Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — O Presente despacho produz efeitos a 15 de fevereiro de 2016.

4 — Publique-se no *Diário da República*.

16 de fevereiro de 2016. — A Secretária de Estado da Segurança Social, *Cláudia Sofia de Almeida Gaspar Joaquim*.

ANEXO

1 — Dados Pessoais:

Nome: João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira

Data de nascimento: 12 de fevereiro de 1974

2 — Formação académica e formação específica:

Licenciatura em Direito (variante ciências jurídico-políticas), pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra — 1998; Pós-Graduação em Direito do Ordenamento do Território, Ambiente e Urbanismo, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra — 2000; Pós-Graduação em Cidade, Território e Requalificação, pelo ISCTE — IUL (Instituto Universitário de Lisboa) — 2002; Curso de Alta Direção em Administração Pública (Diploma de Especialização em Compras e Contratação Pública), pelo INA (Instituto Nacional de Administração) — 2008; Diploma de Estudos Avançados de Terceiro Ciclo em Políticas Públicas, pelo ISCTE — IUL — 2013; Doutorando em Políticas Públicas, no ISCTE — IUL (encontrando-se na fase de elaboração da tese de Doutoramento)

3 — Experiência profissional:

Quadro Superior da ANACOM (Autoridade Nacional de Comunicações) — Jurista da Direção de Regulamentação e Contencioso — Responsável pela condução de processos referentes ao cumprimento das normas jurídicas do sector das comunicações (instruindo os processos adequados e propondo sanções para o respetivo incumprimento) — 1998/1999; Deputado à Assembleia da República — Membro da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e Vice-Presidente da Comissão Parlamentar de Juventude e Desporto — 1999/2002; Assessor Jurídico do Conselho de Administração da ANACOM — Assessoria jurídica, acompanhamento do desenvolvimento do quadro legal das comunicações e da atividade regulatória — 2002; Jurista da Direção de Regulamentação e Assuntos Jurídicos da ANACOM — Responsável pela condução de processos referentes ao cumprimento das normas jurídicas do sector das comunicações (instruindo os processos adequados e propondo sanções para o respetivo incumprimento) e pela elaboração de projetos de iniciativas legislativas — 2002/2004; Vereador em regime de permanência da Câmara Municipal de Rio Maior — Responsável pelas áreas do Planeamento Estratégico; Cidades Digitais, Inovação e Modernização Administrativa; Informática; Planeamento Urbano e Ordenamento do Território; Obras Particulares; Turismo; Desporto; Imagem, Comunicação e Relações Públicas — 2004/2006; Vice-Presidente do Conselho de Administração da Empresa Municipal DESMOR — Administrador com funções executivas, nomeadamente nas áreas da gestão financeira; gestão de recursos humanos; e jurídica — 2006; Assessor do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto — Responsável pela coordenação de programas de investimento em infraestruturas, pela articulação com os fundos comunitários e assessoria jurídica — 2006/2007; Vice-Presidente do Instituto do Desporto de Portugal, I.P. — Responsável pelas áreas de planeamento e gestão de infraestruturas; serviços desconcentrados (direções regionais); e fundos comunitários — 2007/2009; Deputado à Assembleia da República — Membro Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, da Comissão de Educação e Ciência, da Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, da Comissão Eventual para o acompanhamento político do fenómeno da Corrupção, da Comissão Eventual para a Revisão Constitucional e da Delegação Permanente do Fórum Parlamentar Ibero-americano — 2009/2011; Assessor Jurídico do Conselho de Administração da Fundação Portuguesa das Comunicações (em representação da ANACOM) — Responsável pela assessoria jurídica e pela execução das atividades e procedimentos inerentes ao funcionamento e tomada de decisão do Conselho de Administração (nomeadamente pelo processo de alteração Estatutária, pelo “Modelo de Organização e Gestão de Parcerias” e pela elaboração de regulamentos, contratos e documentos estratégicos) — 2012/2015

209371217

Despacho n.º 3065/2016

Considerando que a Lei-Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, com todas as alterações em vigor, prevê que a designação dos membros do conselho diretivo seja feita na sequência de procedimento concursal ao qual se aplicam as regras de recrutamento, seleção e provimento nos cargos de direção superior de Administração Pública, previstas no Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com todas as alterações em vigor;

Considerando que o lugar de presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Informática, I. P. se encontra vago e se torna urgente proceder à nomeação de titular, a fim de garantir o normal e eficaz funcionamento deste serviço;

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro, estabelece no n.º 1 do artigo 27.º que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos de vacatura do lugar, nomeadamente durante o tempo que esteja em curso o respetivo procedimento concursal;

Considerando que irá ser solicitado novo procedimento concursal à Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CRESAP) para o cargo de presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Informática, I. P., em obediências às regras de recrutamento, seleção e provimento dos cargos de direção superior da Administração Pública.

E considerando que o regime de designação mais adequado às circunstâncias referidas é o da designação em substituição, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, com todas as alterações em vigor:

1 — Designo, no uso das competências que me foram delegadas pelo Despacho n.º 1300/2016, publicado no *Diário da República* n.º 18, 2.ª série, de 27 de janeiro de 2016 e nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, com todas as alterações em vigor, em regime de substituição, a mestre Paula Margarida Barrocas Salgado para exercer o cargo de presidente do conselho diretivo do Instituto de Informática, I. P., a que se refere o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 196/2012, de 23 de agosto, que aprova a orgânica do Instituto de Informática, I. P., com todas as alterações em vigor.

2 — Para os efeitos do disposto no n.º 16 do artigo 19.º da referida Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — O Presente despacho produz efeitos a 8 de fevereiro de 2016.

4 — Publique-se no *Diário da República*.

16 de fevereiro de 2016. — A Secretária de Estado da Segurança Social, *Cláudia Sofia de Almeida Gaspar Joaquim*.

ANEXO

1 — Dados Pessoais:

Nome: Paula Margarida Barrocas Salgado

Data de nascimento: 15 de janeiro de 1975

2 — Formação académica e formação específica:

Mestrado em Economia e Estudos Europeus, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Universidade Técnica de Lisboa (2006); Pós-Graduação em “Administração Pública e Desenvolvimento Regional na Perspetiva das Comunidades Europeias, pela Universidade de Évora (1999); Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Universidade Técnica de Lisboa (1997); A frequentar o Programa de Formação em Gestão Pública — FORGEP, intitulado “Inovação Estratégica e Inteligência Competitiva”.

3 — Experiência profissional:

Desde dezembro de 2012 — Chefe de Unidade no Departamento de Gestão e Controlo Integrado (DGI,) do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP, I. P.), com a responsabilidade de assegurar a gestão das bases de dados do Pedido Único de Ajudas (PU), do Sistema Nacional de Informação e Registo Animal (SNIRA) e do Sistema de Informação de Beneficiários do IFAP; De julho de 2011 a novembro de 2012 — Técnica Superior no IGFSS, I.P. — Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, integrada no Departamento de Gestão de Dívida, onde desempenhou funções de análise de dados relativos à evolução da dívida à Segurança Social, e o acompanhamento e controlo da atuação das instituições de Segurança Social em matéria de regularização de dívidas; Entre outubro de 2009 e junho de 2011 — Assessora do Secretário de Estado da Segurança Social do XVIII Governo Constitucional; Entre